



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA
Gabinete do Prefeito

Recebido em 02/02/19
Diogo Richelli Rosas

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Ilustríssimos Senhores Vereadores,

É com gáudio invulgar que estamos enviando mais um Projeto de Lei que **DEFINE AS ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS PARA EFEITOS DE PERCEPÇÃO DO ADICIONAL CORRESPONDENTE**, para ser apreciado pela distinta edilidade desta Casa Legislativa, quando formulamos nossos tradicionais cumprimentos salutareos, com votos de que a matéria inclusa no Projeto de Lei seja apreciada e aprovada.

Conforme natural sábeça tanto a Lei Orgânica, bem como, o Estatuto dos Servidores do Município em seus arts. 58 usque 62, prevêem a possibilidade de concessão de adicionais na forma da lei disciplinadora que sistematicamente defina as atividades insalubres e perigosas no Município de Nova Olinda. E o fazemos através do presente Projeto de Lei, observando o que reza a legislação municipal, distribuídos em três categorias: insalubridade de grau máximo, insalubridades de grau médio e insalubridade de grau mínimo, como mostra o projeto, onde estão arroladas todas as formas de insalubridade e periculosidade, que são passíveis de percepção de adicional correspondente.

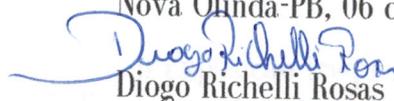
O projeto enumera as atividades e operações perigosas, que também são passíveis de percepção de adicional pelos servidores municipais envolvidos neste segmento, inclusive mostrando em que circunstâncias o servidor envolvido em atividades insalubres e perigosas faz jus ao adicional integral.

O Executivo Municipal fará elaborar laudos técnicos por perito, para certificar o correto enquadramento dos servidores que farão jus ao pagamento do adicional.

Com o advento da nova Lei a lacuna legislativa será corrigida e validados e convalidados todos os pagamentos adicionais de insalubridade e periculosidade efetuados pelos cofres municipais aos servidores municipais, que estão enquadrados nos dispositivos da Lei que terá origem do presente Projeto de Lei.

Na expectativa da compreensão costumeira de Vossas Senhorias, esperamos que depois de estudada detidamente a matéria constante do Projeto de Lei, ao mesmo logre sua aprovação, fazendo justiça aos servidores municipais que se enquadram nos dispositivos que fazem parte da nossa propositura.

Nova Olinda-PB, 06 de fevereiro de 2019.


Diogo Richelli Rosas
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 002/2019

DEFINE AS ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS PARA EFEITOS DE PERCEPÇÃO DO ADICIONAL CORRESPONDENTE.

Art. 1º São consideradas atividades insalubres, para efeitos de percepção do adicional previsto nos artigos 58 a 62 da Lei Complementar Municipal nº 014/2011, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores do Município e dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, as abaixo relacionadas, classificadas conforme o grau:

I. Insalubridade de grau máximo assegura ao servidor a percepção de um adicional de 40% (quarenta por cento) para:

- a) Exposição permanente com óleos ou graxas de caráter perigoso;
- b) Exposição a ruídos excessivos, radiação ultravioleta e fumos oriundos do processo de soldagem e medições nos níveis de manganês;
- c) Exposição, contínua, com tinta óleo, esmaltes e solventes (tinta óleo e solvente a base de hidrocarbonetos com uso de pistolas), com o emprego destas tintas com pistola de pressão acoplada a veículo de pintura;
- d) Exposição a radiações não ionizantes (ultravioleta) e aos fumos metálicos (manganês e outros) que necessitam mensuração dos vapores,
- e) Exposição a agentes químicos de insalubridade (óleos minerais), através do conserto de veículos feitos por mecânicos e confeccionando peças para oficinas;
- f) Operadores expostos, com frequência, a períodos de 2 a 4 horas a ruídos de 88-93 dBA, com o abastecimento e lubrificação de máquinas, manipulação de óleos e graxas durante a lubrificação;
- g) Operadores das máquinas de confeccionar tubos de cimento, responsáveis continuamente pela manutenção e lubrificação das mesmas, expostos a agentes químicos (óleos e graxas);
- h) Trabalho como colaborador contínuo na Usina de asfalto com exposição de riscos físicos (ruído e poeira) e químicos (óleos minerais e betume)
- i) Manipulação contínua de betume, quando da realização do asfaltamento das vias públicas, principalmente no subsetor de pavimentação a quente
- j) Exposição freqüente as linhas clandestinas de esgoto cloacal proveniente dos domicílios em pontos sem fossa ou rede cloacal,

- k) Exposição a radiações ionizantes;
- l) Exposição de Agentes Físicos e biológicos, Ruídos que oscilam entre 80 dB (A) a 98 dB (A) intermitente por períodos entre 3 a 5 horas, umidade e em menor exposição ao frio em câmaras frias, trabalho realizado exclusivamente por veterinários e técnicos em agropecuária em inspeção de abatedouros de grandes animais (bovinos suínos e ovinos);
- m) Recolhimento e manipulação e aplicação de tóxicos e produto tóxicos.
- n) Recolhimento e coleta de lixo urbano, bem com exposição permanente e diariamente de lixo urbano ou limpeza de valas e esgotos.

II. Insalubridade de grau médio assegura ao servidor a percepção de um adicional de 20% (vinte por cento) para:

- a) Contato com lixo interno;
- b) Contato com objetos de uso de pacientes não previamente esterilizados e contaminantes (em dependências fechadas como quartos e ambulâncias)
- c) Contato com produtos sanitários (detergentes, água sanitária-hipoclorito de sódio agentes álcalis, querosene, tintas esmaltes para pintura a pincel) Atividade exposta a agentes de risco de insalubridade químicos e biológicos;
- d) Exposição a agentes químicos de insalubridade (álcalis cáusticos),
- e) Contato com a Câmara fria, cujo interior pode variar de +10°C à -10°C;
- f) Exposição a copiadoras Heliográficas, exposta ao amoníaco,
- g) Exposição frequente a locais úmidos (córregos, riachos, rede de esgoto fluvial e cloacal) com importante potencial de contaminação pôr se tratar de locais com águas contaminadas por dejetos e esgotos, umidade e redes clandestinas de esgoto;
- h) Exposição a ruídos com nível de 87 a 92 dB (A) e procedimentos de manutenção dos equipamentos com óleos e graxas manipulados durante os procedimentos, embora com contato de curta exposição;
- i) Exposição a ruídos excessivos, radiação ultravioleta e fumos oriundos do processo de soldagem;
- j) Operador de máquinas roçadeiras manuais;
- k) Exposição a radiações não ionizantes (ultravioleta) e aos fumos metálicos (manganês e outros) que necessitam uma avaliação de gases,
- l) Manutenção de máquinas (betoneira e máquinas de tubos) e contato com cimento e níveis de ruído;
- m) Exposição ao contato com o cimento na atividade de pedreiro;
- n) Exposição a calor e ruídos a através de atividade de moldagem á calor, corte de ferro com disco de corte e esmerilhamento;
- o) Trabalho com serra circular entre outros afins desta função com exposição a ruídos excessivos (87 - 93 dB);

p) Trabalho com soldas, disco de corte, esmeril, local de pouca ventilação, com exposição a ruídos aos fumos metálicos da solda e a radiações não ionizantes;

q) Trabalhos de alvenaria tais como reforma atividades de pedreiro e serventes em contato com areia e cimento;

r) Exposição a ruído - motosserra 88-94 dB (A) e umidade e exposição a produtos químicos (pontes de alvenaria - contato com cimento);

s) Trabalhos de pinturas de prédios com tintas de PVC e esmalte, com uso de pincel em contato com tintas esmaltes compostos a base de hidrocarbonetos aromáticos e não aromáticas;

t) Exposição a agentes biológicos de riscos através de trabalhos de exumação e enumações em atividades de coveiros;

u) Exposição a riscos de contaminação, em contato permanente, através do atendimento dos pacientes portadores de TBC;

v) Profissionais da área da saúde em contato direto e permanente com pacientes em hospitais, serviços de emergência, ambulatórios, postos de saúde;

w) Exposição a riscos biológicos, nas atividades de bioquímicos e auxiliar de bioquímico;

x) Inspeção feita por servidores habilitados a locais e visita a pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas;

y) Exposição a umidade e a defensivos agrícolas; e

z) Trabalho com corte de grama com exposição permanente e diariamente, para agentes físicos e ruído;

III. Insalubridade de grau mínimo assegura ao servidor a percepção de um adicional de 10% (dez por cento) para operador de mesa e aparelhos telefônicos e mesas de ligação para estabelecer comunicações internas, locais ou interurbanas.

Art. 2º São atividades e operações perigosas, que asseguram ao servidor a percepção de um adicional de periculosidade ou penosidade de 30% (trinta por cento), em conformidade com o previsto na Lei Complementar Municipal nº 014/2011, as seguintes:

a) Contato com energia elétrica de até 380 V trifásica e em algumas situações com proximidade da rede de alta tensão;

b) Realização de testes de bancada com energização e corrente elétrica;

c) Trabalho com testes de bancada com energização e corrente elétrica, em semáforos.

d) Contato com óleo diesel e gasolina das viaturas do parque de máquinas, através de abastecimento e lubrificação destes;

e) Trabalho com instalações de rede elétrica predial, instalações de estruturas, caixas de disjuntores com potencial de energização, exceto servidores que atuam no almoxarifado do setor; e

f) Profissionais que realizam radiografias dentárias rotineiramente, expostos a radiações ionizantes.

Art. 3º É, exclusivamente, suscetível de gerar direito à percepção do adicional de insalubridade e periculosidade de modo integral, o exercício pelo servidor de atividade constante dos arts. 1º e 2º desta Lei em caráter habitual e em situação de exposição contínua ao agente nocivo ou perigoso.

§ 1º O trabalho em caráter habitual, mas de modo intermitente, dará direito à percepção do adicional proporcionalmente ao tempo dispendido pelo servidor na execução de atividade em condições insalubres e perigosas.

§ 2º O exercício de atividade insalubre ou perigosa em caráter esporádico ou ocasional não gera direito ao pagamento do adicional.

Art. 4º A concessão do adicional de insalubridade ou periculosidade dependerá de laudo técnico de perito, com fundamento no que dispõe esta Lei.

Art. 5º Os adicionais de insalubridade e periculosidade não são acumuláveis, cabendo ao servidor optar por um deles, quando for o caso.

Art. 6º Cessará o pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade quando:

I. A insalubridade ou periculosidade for eliminada ou neutralizada pela utilização de equipamento de proteção individual ou adoção de medidas que conservem o ambiente dentro dos limites toleráveis e seguros;

II. O servidor deixar de trabalhar em atividades insalubres ou perigosas; e

III. O servidor se negar a usar o equipamento de proteção individual.

Parágrafo único. A eliminação ou neutralização da insalubridade ou periculosidade, nos termos do inciso I deste artigo, será baseada em laudo técnico de perito.

Art. 7º As atividades não previstas na lei serão avaliadas pelo Médico do Trabalho e equipe e serão regulamentadas por decreto.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 614/2018.

Nova Olinda, 06 de fevereiro de 2019.


Prefeito Municipal